



REVISITANDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM CICLO DE EXCLUSÃO

SONALY SOBRAL SANTOS; JOAO PAULO ATTIE; TACYANE LIMA DE MENEZES

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se a pessoas que, por diversos fatores históricos, sociais e econômicos, foram excluídas do sistema educacional em idade adequada. Essa modalidade surge como uma resposta às desigualdades estruturais da educação brasileira, oferecendo oportunidades de inclusão social e reparação histórica. Este estudo analisa as raízes dessa exclusão por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental de obras teóricas, documentos normativos e políticas públicas. Os resultados revelam que a EJA reflete o contexto histórico do Brasil, onde a educação foi moldada para atender aos interesses das classes dominantes, perpetuando a exclusão de populações vulneráveis. Apesar dos avanços legislativos, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a implementação prática dessa modalidade ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se o financiamento insuficiente, a evasão escolar motivada por condições socioeconômicas adversas e a ausência de formação docente específica para atender às particularidades do público da EJA. Conclui-se que a EJA desempenha um papel crucial na promoção da equidade social e na garantia de cidadania, mas sua eficácia depende de práticas e políticas públicas mais consistentes e articuladas. É fundamental reforçar o suporte pedagógico e estrutural, além de promover a formação continuada dos educadores, para que a modalidade alcance plenamente seus objetivos. A pesquisa aponta, ainda, a necessidade de um enfoque pedagógico mais integrado e alinhado às realidades locais dos educandos, reafirmando a EJA como uma ferramenta indispensável para a transformação social.

Palavras-chave: Políticas públicas; Direito à educação; Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade voltada para indivíduos que não tiveram acesso à educação na idade adequada, seja por fatores econômicos, sociais ou estruturais. Historicamente, a educação brasileira sempre atendeu prioritariamente aos interesses das classes dominantes, desempenhando papel de manter as desigualdades estruturais da sociedade, priorizando uma formação técnica para o mercado em detrimento de um ensino emancipador, excluindo assim grande parte da população do seu direito à educação, conforme Saviani (2007).

A abordagem da EJA torna-se, portanto, uma necessidade para promover equidade e reparação histórica, possibilitando que indivíduos marginalizados tenham acesso a melhores oportunidades de vida e participação social. Apesar dos avanços legislativos na garantia ao direito à educação desse público, com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na prática a realidade da modalidade ainda está distante do ideal, evidenciando que há uma lacuna entre os direitos assegurados e a sua efetiva implementação e evidenciando uma visão utilitarista da educação, orientada por interesses neoliberais que priorizam resultados econômicos em detrimento de demandas sociais (Costa e Machado, 2017).

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como a educação pode atuar como ferramenta de inclusão social, especialmente em contextos de desigualdade histórica e estrutural e tem como objetivo geral apontar e discutir as raízes históricas da exclusão educacional da EJA no Brasil, considerando o importante papel transformador da EJA para sociedade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de aprofundar a compreensão de fenômenos sociais complexos, permitindo explorar significados e contextos associados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) (MINAYO, 2017). De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória é apropriada para temas pouco investigados ou que necessitam de maior esclarecimento, enquanto a descritiva busca caracterizar, detalhar e interpretar aspectos específicos de um fenômeno. Assim, a combinação dessas abordagens permitiu a identificação de elementos-chave sobre a exclusão educacional da EJA no Brasil.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida com base em obras clássicas e contemporâneas de autores que fundamentam teorias da educação e exclusão social, como Freire (1987), Libâneo (2016) e Saviani (2007), entre outros. Foram analisados livros, artigos acadêmicos e capítulos de livros publicados em periódicos reconhecidos e indexados, como Scielo (www.scielo.com), Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>) e ERIC (<https://eric.ed.gov/>). Os critérios de seleção consideraram a relevância teórica, o alinhamento com o tema da pesquisa e publicações dos últimos dez anos, com exceção das obras clássicas.

A análise documental foi feita com base em documentos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e políticas públicas específicas da EJA, como o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa análise, segundo Cellard (2008), permitiu-nos identificar aspectos históricos, normativos e interpretativos presentes nos textos oficiais, contribuindo na compreensão das lacunas entre as políticas estabelecidas e sua implementação na prática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo teórico tem buscado compreender a modalidade, não só a sua especificidade, mas os fatores históricos, sociais e econômicos que influenciam tanto a vida desses estudantes quanto as políticas públicas, para assim ressignificar as políticas públicas e ações pedagógicas. Ao investigarmos a trajetória das políticas públicas para EJA, é notório o quanto o momento histórico da sociedade tem relação direta nas concepções de educação, conforme Rodrigues e Paranhos (2022), de forma implícita ou explícita na educação brasileira: assim, no período colonial, o sistema educacional foi baseado na caridade, visando apenas a colonização do pensamento; já no período imperial, servia às transformações decorrentes da transição do feudalismo para o capitalismo; e na era republicana do Brasil, atendia às demandas de um capitalismo em consolidação. Dessa forma, podemos apontar como a educação brasileira sempre esteve a serviço dos interesses das classes dominantes (conjunto de indivíduos que possuem os bens de produção ou o capital).

Podemos apontar três aspectos positivos em relação ao histórico das políticas públicas para a EJA. O primeiro deles é o fato da Constituição Federal de 1988 ter reconhecido a EJA como direito público subjetivo. O segundo aspecto é o fato da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que definiu as diretrizes gerais para a educação básica – ter garantido à EJA conteúdos curriculares adaptados às características dos seus alunos, respeitando suas condições de vida e de trabalho, ter dado ênfase na continuidade dos estudos, na educação profissional e na necessidade de proporcionar uma educação flexível e adequada

às necessidades específicas dos educandos. Por fim, apontamos que as funções da EJA foram definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Brasil, 2000) como: reparadora, forma de corrigir a exclusão educacional histórica dos estudantes; equalizadora, com o intuito de promover o acesso a uma educação que possibilite maior equidade social e econômica; e qualificadora para proporcionar habilidades e competências necessárias para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e o seu pleno exercício da cidadania.

Entretanto, um aspecto que se contrapõe aos anteriores é o fato de que as políticas públicas educacionais, ao seguirem as recomendações dos organismos internacionais multilaterais (monetárias, comerciais, financeiras e creditícias) para países emergentes ou em desenvolvimento – que são elaboradas pelas Conferências Mundiais sobre Educação para Todos, além de outros eventos patrocinados pela Unesco e Banco Mundial Brasil, conforme Libâneo (2016) – criam um dissenso na área da educação, no que diz respeito às definições dos objetivos e das funções das escolas, o que impacta diretamente, e de forma considerável nas concepções de escola, no conhecimento escolar e nos currículos das escolas brasileiras.

Outros autores como Arroyo (2017), Haddad e Di Pierro (2015, p. 198), e Paiva (2019), dentre outros, também nos alertam que essa pressão para a implementação de medidas que se alinhem com as agendas econômicas globais em detrimento de abordagens mais focadas nas necessidades locais e nas especificidades da modalidade acaba impactando diretamente, e de forma considerável nos itens citados.

O resultado da aplicação dessa lógica neoliberalista é coexistência de dois tipos de educação, repetindo um ciclo que trata a educação como privilégio de elite, desde a época do Brasil Colônia, na qual “historicamente os negros, os pobres, os deficientes e todos os esquecidos socialmente são excluídos e proscritos do processo de escolarização” (VASQUES; ANJOS; SOUZA, 2019).

Um aspecto a ser considerado é a necessidade, defendida por Paiva (2019), da produção de pesquisas e da existência de espaços acadêmico-científicos nacionais e internacionais para EJA, com pesquisas feitas em rede de forma cooperativa, com novas práticas, e de formas mais solidárias, para modificarem o quadro de trabalhos que resultam em múltiplos produtos reconhecidos pela academia, mas que não interferem ou alteram “a lógica social do fazer político” em relação à educação de jovens e adultos.

No que diz respeito à formação de professores para atuarem na EJA, podemos apontar que a formação inicial dos professores nos cursos de licenciatura não oferece formação específica, mesmo com o reconhecimento da especificidade da modalidade, nem na legislação relacionada à formação de professores e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de áreas específicas a modalidade tem um lugar de destaque.

Além disso, não encontramos possibilidades de implementação de quaisquer políticas públicas sem uma efetiva fonte de custeio, pois, para que a implementação seja eficaz, há uma dependência direta de recursos financeiros disponíveis para apoiar suas ações. É o montante de recursos alocado que define a abrangência e a capacidade para atingirem os objetivos propostos. Apesar do avanço alcançado com a Emenda Constitucional nº 108/2020, regulamentada pela Lei nº 14.113/2020 – que inclui a EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – podemos apontar que houve restrições, concordando com Cruz, Sales, Almeida (2023), dentro do contexto dessas políticas de fundos para modalidade, pois foi imposto um teto de 15% dos recursos totais do no Fundo de cada Estado, não levando em consideração o valor efetivamente necessário para garantia de uma educação de qualidade. Além disso, também foi atribuído um menor fator de ponderação, em comparação com outras etapas e modalidades da educação básica, restrições que não só desestimularam a oferta de EJA, mas também resultaram em um financiamento insuficiente. Um dos casos emblemáticos é o estado como o Piauí, onde o aumento das matrículas na EJA levou a uma redução do valor por aluno,

abaixo do mínimo nacional.

As políticas públicas insuficientes e descontinuadas, ao priorizarem resultados econômicos em detrimento das demandas sociais dos estudantes, desencadeia um problema para a modalidade, que é a evasão escolar. As causas dessa evasão são variadas, e entre elas, podemos apontar o desestímulo do ensino oferecido aos alunos, as jornadas de trabalho extensas, as responsabilidades familiares e/ou dificuldades financeiras, e esses fatores, aliados à ausência de estratégias que promovam um ambiente acolhedor e inclusivo, perpetuam o ciclo de exclusão educacional dos indivíduos que buscam a modalidade na esperança de finalmente concluir os estudos.

4 CONCLUSÃO

Este estudo permitiu apontar como as raízes históricas da exclusão educacional no Brasil continuam a influenciar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois, mesmo diante dos avanços legislativos e das políticas públicas, de acordo com os autores citados e os documentos analisados, há uma lacuna entre o discurso oficial e a prática efetiva das políticas públicas.

A análise destacou que, embora a EJA possa desempenhar um papel crucial na inclusão social e no empoderamento dos sujeitos, ela enfrenta desafios significativos relacionados à insuficiência de recursos, à fragmentação das políticas públicas e à falta de uma visão integradora e emancipatória da educação.

Ao longo da história, observamos também como a educação brasileira foi estruturada para atender aos interesses das classes dominantes, contribuindo para a exclusão de populações vulneráveis (Saviani, 2007). Essa lógica ainda predomina fortemente na EJA, que, conforme Libâneo (2016), opera sob uma tensão entre as demandas neoliberais globais e as necessidades locais específicas dos educandos. Além disso, as lacunas no financiamento e na formação de professores aprofundam as dificuldades enfrentadas pela modalidade (Cruz, Sales e Almeida, 2023).

Apesar desses desafios, os resultados indicam que a EJA tem um impacto transformador significativo na vida dos estudantes, possibilitando maior acesso à cidadania e à equidade social. No entanto, a perpetuação de políticas públicas insuficientes e desarticuladas mantém o ciclo de exclusão, reproduzindo desigualdades históricas que precisam ser superadas. Como destacado por Arroyo (2017) e Paiva (2019), é fundamental priorizar práticas pedagógicas e políticas públicas que estejam alinhadas às especificidades e potencialidades dessa modalidade.

Este estudo analisou também as raízes históricas da exclusão educacional no Brasil e destacou o papel transformador da EJA na inclusão social. Verificou-se que, apesar dos avanços legislativos, há lacunas significativas entre os direitos assegurados e sua implementação prática. Os resultados evidenciam que a EJA tem um impacto positivo na vida dos estudantes, promovendo inclusão e empoderamento, mas enfrenta desafios relacionados à descontinuidade das políticas públicas e à falta de recursos.

É inegável que houve avanços pontuais e rupturas em relação às práticas passadas, mas enquanto a educação brasileira seguir as recomendações dos organismos internacionais, as escolas estarão divididas em duas categorias e o ciclo de exclusão das classes menos favorecidas continuará se repetindo.

Consideramos importante apontar que o presente estudo apresenta limitações, pois baseou-se em dois elementos principais, a revisão bibliográfica e a análise documental, sem explorar dados empíricos, que pudessem analisar o impacto subjetivo da EJA na vida dos educandos, incorporando práticas pedagógicas inovadoras e investigações empíricas que considerassem suas experiências e realidades. Entretanto, futuras pesquisas podem aprofundar esses aspectos, explorando a perspectiva dos sujeitos da EJA e fazendo a investigação de práticas pedagógicas inovadoras que possam atender às suas necessidades específicas da

modalidade.

Além disso, consideramos imprescindível revisar o financiamento e, em particular, a formação docente para que a EJA possa cumprir plenamente seu papel reparador, equalizador e qualificante (Brasil, 2000).

Conclui-se, portanto, que a superação das desigualdades educacionais no Brasil exige uma articulação consistente entre políticas públicas, práticas pedagógicas e esforços contínuos para garantir uma educação inclusiva, emancipatória e transformadora, promovendo a ruptura definitiva do ciclo histórico de exclusão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Educação de jovens e adultos: suas especificidades**. São Paulo: Cortez, 2017. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de julho de 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, J. S.; MACHADO, M. M. *Educação e epistemologia na prática docente: reflexões sobre a EJA*. Curitiba: Appris, 2017.

CRUZ, M. A.; SALES, J. C.; ALMEIDA, P. **O financiamento da EJA e os desafios do Fundeb**. Rev. Educ. Bás., 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Educação de jovens e adultos: múltiplos olhares**. Campinas: Autores Associados, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

PAIVA, J. **Educação e exclusão no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2019.

RODRIGUES, T. A.; PARANHOS, J. C. **Educação e exclusão social: um olhar histórico sobre a EJA**. Rev. Educ. Hist., 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: políticas educacionais no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

VASQUES, L. C.; ANJOS, M. P.; SOUZA, R. J. **Educação, exclusão e desigualdade no Brasil.** Educ. Debate, 2019.